Carlos Henrique aprova mais um PL antes de deixar a Casa

Assunto:

Notícias

O vereador Carlos Henrique (PR), que assume cadeira de deputado estadual no próximo dia 1º de fevereiro, encerrou seu terceiro mandato na Câmara Municipal de Belo Horizonte com a aprovação de projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre a criação e funcionamento das academias públicas, voltadas às populações de baixa renda. Entre as demais propostas do parlamentar que continuarão a tramitar na Casa está o polêmico PL 1186/10, que altera os horários dos jogos de futebol na Capital.

Aprovado em 2º turno na extraordinária do dia 22 de dezembro e enviado ao Prefeito no dia 29, o PL 343/09 dispõe sobre a construção e o funcionamento das academias públicas municipais para o desenvolvimento de atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer em todas as Secretarias Municipais Adjuntas de Administração Regional, dando força de lei e garantindo continuidade à medida adotada pelo Executivo, que já instalou academias públicas em todas as regionais da cidade (confira endereços e horários de funcionamento).

De acordo com o texto, as atividades oferecidas deverão ser gratuitas e acompanhadas por profissional devidamente habilitado nas áreas de educação física, fisioterapia, ortopedia, cardiologia, endocrinologia, nutrição e terapia ocupacional. Em sua justificativa, o autor da proposta lembra que a prática de atividades físicas é imprescindível para a saúde física e mental da população, além de prevenir doenças e aumentar a longevidade.

A Comissão de Legislação e Justiça deu parecer pela inconstitucionalidade e ilegalidade, já que, de acordo com a Constituição Federal, propostas que criam obrigações para os órgãos da Administração e que dispõem sobre serviços públicos competiriam privativamente ao Executivo. O PL também violaria legislação que estabelece que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro. O autor interpôs recurso contra o parecer, que foi provido pelo Plenário.

Para Carlos Henrique, a médio e longo prazo os custos da implantação e manutenção serão insignificantes diante do aumento da qualidade de vida e menor incidência de doenças na população, principalmente a mais carente, que não possui plano de saúde, não se alimenta adequadamente e não pode pagar para se exercitar em academias particulares. O argumento foi reforçado pelo relator da Comissão de Saúde e Saneamento, ao fundamentar seu parecer pela aprovação. Também aprovado nas Comissões de Administração Pública e Orçamento e Finanças, o Projeto voltou a tramitar e foi aprovado no Plenário nos dois turnos.

Jogos mais cedo

Entre os 26 projetos de lei de Carlos Henrique que continuam a tramitar na Câmara após sua ida para a Assembleia está o PL 1186/10, que estabelece que os jogos de futebol profissional em Belo Horizonte sejam iniciados impreterivelmente até as 20h30, com exceção dos jogos oficiais da Seleção Brasileira. O texto prevê multa de R$ 100 mil reais no caso de descumprimento da lei, cujo valor será depositado no Fundo de Assistência Social do Município.

Segundo Carlos Henrique, o que motivou a criação do PL foi o alto índice de insatisfação dos torcedores com o horário tardio dos jogos, que chegam a ser marcados para as 22h. O vereador diz estar ciente do poder econômico da televisão, mas considera que a população não pode ficar refém deste sistema. ?Minha obrigação é legislar para a população como um todo e não para um setor específico?. A aprovação do projeto beneficiaria ainda uma gama de trabalhadores, motoristas de ônibus, taxistas e a própria Polícia Militar, que precisa deslocar parte de seu contingente para fazer a segurança dos estádios e arredores.
A Comissão de Legislação e Justiça deu parecer pela inconstitucionalidade, alegando que os horarios dos jogos de futebol são acordados entre diversos órgãos privados envolvidos, como a CBF, os clubes e a imprensa, não constituindo assunto de interesse local do Município. Na reunião extraordinária do dia 22 de dezembro, o Plenário acolheu o recurso do autor do projeto contra o parecer, permitindo que o PL 1186/10 siga tramitando em 1º turno nas Comissões de Meio Ambiente e Política Urbana e Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

Nesta última comissão, o projeto de lei já recebeu parecer pela aprovação, pelo entendimento de que trata de assunto de interesse das autoridades e serviços públicos locais, a exemplo dos órgãos responsáveis pelo trânsito, transporte coletivo e segurança, além de facilitar a vida dos torcedores, que chegarão mais cedo em casa e terão mais tempo de descanso para reiniciar as atividades profissionais e pessoais no dia seguinte.
Novos desafios

Carlos Henrique cumpria seu terceiro mandato na Câmara Municipal de Belo Horizonte onde, no último biênio, atuou como vice-presidente da Comissão de Legislação e Justiça. Eleito deputado estadual com 35.983 votos, Carlos Henrique assume na Assembleia no dia 1º de fevereiro.
Sobre os novos desafios na Assembleia Legislativa, Carlos Henrique acredita que o cargo proporcionará maiores possibilidades de atender às demandas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas que a responsabilidade também aumentará.
Exercendo a função missionária e pastoral há mais de 20 anos, Carlos Henrique já atuou como evangelista em Portugal e países africanos. Como membro da Associação Beneficente de Caridade de Minas Gerais (ABC-MG), desempenhou várias ações na execução de projetos sociais para as regiões carentes de Belo Horizonte e várias cidades de Minas Gerais e Nordeste do país.

Resonsável pela informação: Superintendência de Comunicação Institucional